

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1156>*A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOCIALISTA MOÇAMBICANA*¹*THE HISTORY OF THE MOZAMBICAN SOCIALIST ECONOMY**LA HISTORIA DE LA ECONOMÍA SOCIALISTA MOZAMBIQUEÑA*

TÓME MIRANDA MALOA

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6394-2105>

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2021), Mestrado em História Econômica pela USP (2016) e Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Culturas Populares e Diáspora Africana” da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Universidade Save – Extensão de Massinga

Massinga, Inhambane – Moçambique

tomemirandamaloa@gmail.com

JOAQUIM MIRANDA MALOA

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9277-2133>

Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2017), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2019) e Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2016).

Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da

Universidade Rovuma (ISDRB-UniRovuma)

Lichinga, Niassa – Moçambique

mwanamaloa@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo caracterizar a economia moçambicana que decorreu entre os anos de 1975 a 1990, período que se convencionou chamar de socialista, em que o governo pós-colonial adotou o Marxismo-Leninismo como instrumento político e ideológico de exercício do poder económico, político e social, seguidos pelos países socialistas, como a URSS, Iugoslávia, Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental (RDA), Hungria, Polónia, China, Cuba, etc. Influenciando o governo a recriar reformas de desenvolvimento baseadas nas experiências dos países socialistas. Este artigo se focou na pesquisa bibliográfica e documental para descrever e caracterizar o modelo de organização económica do período que se convencionou chamar de socialista.

Palavras-chave: Economia socialista. Marxismo-Leninismo. Moçambique.

Abstract: This article aims to characterize the Mozambican economy during the years of 1975 and 1986, a period conventionally called socialist, in which the post-colonial government adopted Marxism-Leninism as a political and ideological instrument for exercising economic, political and social power, as followed by other socialist countries such as the USSR, Yugoslavia, Bulgaria, Czechoslovakia, East Germany (GDR), Hungary, Poland, China, Cuba etc. The government was influenced to recreate development reforms based on the experiences of socialist countries. This

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2024 e aprovado para publicação em abril de 2024.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 399-415. ISSN: 1808-8031

article focused on bibliographical and documentary research to describe and characterize the economic organization model of this period which was conventionally called socialist.

Keywords: Socialist economy. Marxism-Leninism. Mozambique.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo caracterizar la economía mozambiqueña que tuvo lugar entre 1975 y 1986, período convencionalmente llamado socialista, en el que el gobierno poscolonial adoptó el marxismo-leninismo como instrumento político e ideológico para el ejercicio del poder económico, político y social, por países socialistas como: la URSS, Yugoslavia, Bulgaria, Checoslovaquia, Alemania del Este (RDA), Hungría, Polonia, China, Cuba, etc. Influenciando al gobierno para recrear reformas de desarrollo basadas en las experiencias de los países socialistas. Este artículo se centró en una investigación bibliográfica y documental para describir y caracterizar el modelo de organización económica del período que convencionalmente se llamó socialista.

Palabras clave: Economía socialista. Marxismo-Leninismo. Mozambique.

Considerações iniciais

Este artigo pretende ser uma contribuição para a construção da história económica contemporânea de Moçambique de 1975 a 1990, período que se convencionou chamar de socialista. O movimento Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) conquistou a independência do país em 1975 e dotou, em 1977, o Marxismo-Leninismo como instrumento ideológico de exercício do poder económico, político e social, seguidos pelos países socialistas, como a URSS, Iugoslávia, Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental (RDA), Hungria, Polónia, China, Cuba, etc, influenciando o governo a recriar reformas de desenvolvimento baseadas nas experiências dos países socialistas com os slogans como: “abaixo ao colonialismo;” “abaixo ao capitalismo”, etc., marcando, assim, o fim de uma sociedade colonial.

Nesse período, ocorreu uma efervescência popular, marcada pela alegria de ter-se conquistado a independência nacional. As escolas e as fábricas foram enfeitadas com fotografias de Marx, Lênin e do primeiro presidente da República Samora Machel (Brito, 1991; Bruck, 1998; Brochman e Ofstad, 1990; Maloa, 2011; Bellucci, 2007). Esses acontecimentos foram os primeiros passos fundamentais para a transformação das relações sociais de produção no nosso País. Criaram-se as condições para a organização e o

desenvolvimento de empresas estatais, cooperativas agro-pecuárias e machambas² coletivas constituindo, assim, o início da socialização do campo, com a mobilização do trabalho coletivo, das cooperativas e das aldeias comunais ganhando amplas massas populares. Em todas as províncias, com enorme entusiasmo, foram abertas as numerosas machambas coletivas, camponeses criaram cooperativas e começaram a edificar aldeias comunais (Machel, 1978), orientadas pela aliança entre operários e camponeses. Como dizia Samora Machel, o partido está sob a direção da classe operária “[...] numa aliança voluntária e militante, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores, forjados e temperados na luta contra a exploração do homem pelo homem, pela vitória dos interesses populares” (Machel, 1978, p. 93).

Considera-se, entretanto, que a política económica da época orientava-se pela síntese das experiências revolucionárias dos princípios universais do Marxismo-Leninismo, nomeadamente no que diz respeito aos seus princípios, organização económica e métodos de trabalho. Como dizia Machel (1979), o partido FRELIMO era um partido revolucionário cujo objectivo era a destruição das classes trabalhadoras do sistema capitalista e a edificação de uma sociedade socialista, onde não haja exploração do homem pelo homem. O partido possuía um programa revolucionário, uma teoria avançada, uma estratégia e uma tática claramente definida para construir as bases políticas, ideológicas, técnicas e materiais do socialismo.

Este artigo se focou na pesquisa bibliográfica e documental para descrever e caracterizar o modelo de organização económica do período que se convencionou chamar de socialista. Descrevê-la é expressar um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado, da vida material dos indivíduos daquela época (Franco, 2008).

Este artigo está estruturado em duas partes, a primeira trata da organização económica dos anos de 1975 a 1990, período que se convencionou chamar de socialista, como as cooperativas e as aldeias comunais. E a segunda parte versa sobre os planos de desenvolvimento, dando ênfase no Plano Prospectivo Indicativo (PPI) e Plano Estatal Central (PEC). Como diz Castel-Branco (1995), esses dois planos foram teoricamente opostos no percurso económico de Moçambique.

² Em Moçambique, as machambas são os locais onde são plantados vegetais, horta ou campo de cultivo.

A organização económica: as aldeias comunais, cooperativas e empresas estatais

Entre os anos de 1975 a 1990, período que se convencionou chamar de socialista, a economia de Moçambique era extremamente fechada aos países ocidentais, com a sua economia centralizada, pois o seu sistema económico enquadrava-se dentro dos modelos dos países socialista, acima citados. A economia é totalmente controlada pelo governo. O setor industrial era pouco eficiente em função, principalmente, da guerra civil que decorreu entre 1976-1992, de baixos investimentos e da falta de concorrência.

Para uma descrição geral sobre a história da organização económica do período socialista, vamos dar relevo às aldeias comunais, cooperativas e empresas estatais. Ainda que esses elementos sejam insuficientes para a compreensão da complexidade da economia socialista do período, não podemos subestimar que elas são importantes para a compreensão da história contemporânea de Moçambique.

As aldeias comunais

Na 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), realizada em fevereiro de 1976³, concluiu-se que as aldeias comunais eram unidades de produção rural, como ilustra a figura 1 e devia constituir o quadro social do desenvolvimento futuro do campesinato moçambicano. Para que isso acontecesse, deviam organizar a população, que vivia dispersa nas zonas rurais para atingir a produção coletiva, autossuficiência da coletividade, num agrupamento de 250 famílias (entre 1.000 e 1.500 pessoas) (Araújo, 1988).

Figura 1 – Uma imagem da aldeia comunal



³ Como mostra a entrevista de... no distrito de Chókwè. O se... ter visto Samora a falar, m... Gostaria de esclarecer que... Samora tomou a palavra, c... comecei a ver a independê... que o segredo estava em e... zonas libertadas em que a... perguntava-nos: “[...] se c... construirmos agora?” [...] S... deste seminário, mandaram-me para dirigir a formação das aldeias na Província de Gaza, tendo sido colocado no Distrito de Massingir.

em 19 de novembro de 2019, na experiência ímpar, não por cultura, pecuária entre outros. Marrupa. Justamente, quando os das aldeias comunais. [...] aldeias, repetia várias vezes Abordou as experiências das luta de libertação. Sempre a, como não seria possível seriam as aldeias. [...] Depois

Fonte: Serra (2017)

Segundo Cabaço (2007); Machel (1973, 1979) e Cabrita (2005), as aldeias comunais eram uma organização habitacional e produtiva revolucionária, estruturada para desenvolver o trabalho coletivo, promovendo, assim, o acesso aos serviços sociais básicos, como: água canalizada, habitação melhorada, comunicação, comércio, educação e serviços sanitários.

Mas também as aldeias comunais fortaleceram o intercâmbio dos conhecimentos entre os camponeses que se juntavam na construção da mesma. Esta forma de organização econômica tinha como objetivo enquadrar os camponeses das aldeias comunais no sistema econômica estatal e era considerada uma etapa essencial do desenvolvimento. Por isso, em 1980, teve uma rede de apoio governamental, para que a produtividade e a comercialização aumentassem (COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS, 1979).

Com a ajuda da rede de apoio governamental, as aldeias comunais rapidamente tornaram-se uma experiência nacional, que tinha como meta superar o subdesenvolvimento herdado da colonização e implantar formas coletivas de vida, de produção e de consumo, que mais próximo estaria da concepção de um desenvolvimento rural, baseado nos valores da coletividade e nas relações “anti-capitalistas”, ou seja, num processo de experiências do socialismo soviético e das experiências das “aldeias socialistas” da Argélia e “*Ujamaa villages*”⁴ (Matine, 2021).

Boesen *et. al* (1977), na sua obra “Ujamaa Socialism from above e Cardetini, Onilia, no *Éléments d’une stratégie d’éco-développement pour les villages ujamaa de La Tanzanie*”⁵, mostram que essas aldeias eram instrumentos fundamentais do

⁴Tradução livre: *Aldeias Ujamaa*.

⁵Tradução livre: Ujamaa Socialismo que vem de baixo, elementos de uma estratégia de desenvolvimento na

desenvolvimento rural, com a sua adequação à planificação fiscal e ao enquadramento sócio-espacial das populações rurais, isoladas e desintegradas de qualquer dinâmica sociopolítica a nível nacional. No projeto das *Ujamaa*, podem-se distinguir dois aspetos que respondem às exigências mencionadas. Por um lado, trata-se de criar centros rurais de *habitat* concentrando população para viabilizar a planificação econômica nacional em termos de apoios e serviços, minimizando os custos que a dispersão física e social suporia. Por outro lado, a organização social das *Ujamaa*, ao basear-se em novas relações de produção e de poder, evitaria o risco de polarizações rurais intermediárias que perturbassem o processo de integração política nacional. Essas experiências de organização econômica trouxeram um novo estilo de vida econômica sustentada pelas bases das condições de produção rural, que permitiu a fixação da população e a comercialização dos produtos agrícolas nas cidades e vilas distritais.

Cooperativas

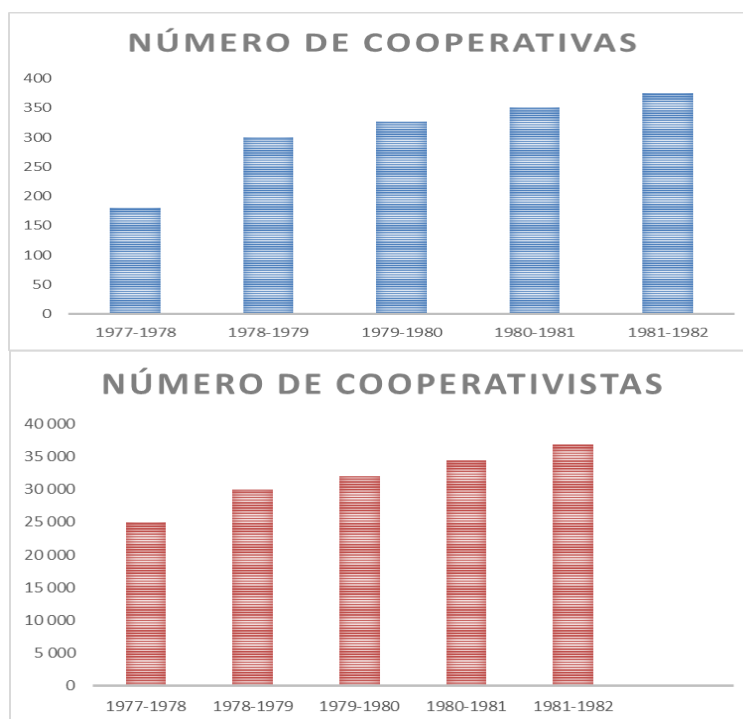
Segundo Matos e Medeiros (2015), o processo de criação das cooperativas estava associado: (i) às machambas abandonadas pelos colonos em decorrência da independência que, numa primeira fase, foram ocupadas pelos agricultores familiares que passaram a cultivar coletivamente. Com o tempo, algumas dessas áreas foram apropriadas pelo Estado, passando a fazer parte das machambas estatais; (ii) às cooperativas coloniais, que, também com a independência, passaram a ser exploradas coletivamente pelos agricultores familiares; (iii) os processos de mobilização promovidos pelas estruturas administrativas do Estado, como forma de se beneficiar do apoio estatal.

Ainda para Matos; Medeiros (2015), o processo de evolução da formação de novas cooperativas foi relativamente acelerado, mas nem sempre acompanhou a evolução das aldeias comunais, visto que pelo menos em cada aldeia comunal deveria existir uma cooperativa. Em 1978, existiam cerca de 857 aldeias comunais em todo país e, nesse mesmo ano, existiam apenas 180 cooperativas. Para o ano de 1982/83, o número de aldeias cresceu para 1362 e o de cooperativas passou para 375.

Apesar da relação cooperativa e aldeia comunal nem sempre ser positiva, foi um instrumento importante para responder aos desafios do consumo da população urbana e rural, por isso, tornou-se um instrumento privilegiado nas mãos do Estado, para garantir

o equilíbrio entre a oferta e a procura dos produtos, o que levou à sua evolução em número de cooperativas e cooperativistas (membros inscritos no associativismo), apesar de ser quase obrigatório para todos os membros da aldeia, poucos se inscreviam como voluntários (Castel-Branco, 1995; Cardetini, 1974; Colaço, 2002). Como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Número de cooperativas e cooperativistas (1977-1982)



Fonte: Ministério da Agricultura apud Maloa (2016).

Houve uma evolução do número de cooperativas e cooperativistas, entre (1977-1982), como mostra Matos e Mendes (2015), este aumento pode estar associado à sensibilização política e à transformação do sector produtivo familiar, para organizar-se em cooperativa. Essa seria a razão para a presença de agricultores nela, principalmente os pequenos e os médios, cada um com as suas necessidades. Se para os agricultores médios essa era uma fonte de obtenção de bens e instrumentos de produção que escasseavam no mercado local, para os pequenos era a possibilidade que eles tinham de espreitarem a sorte de um trabalho nas machadas dos agricultores médios ou mesmo se beneficiarem em casos de problemas sociais gerados por morte ou doença na família. Foi dentro desse contexto que as cooperativas agrícolas começaram a ser realmente encorajadas, como dispositivos económicos.

Empresas estatais

As empresas estatais criaram bases para a transformação de um sector de produção colonial para o socialista, a sua implementação foi acompanhada por uma política de nacionalização das unidades produtivas, que acabou por transformar as empresas coloniais para as empresas estatais, como mostra Pitcher (2003), em 1982, cerca de 73% das empresas da indústria, comércio e agricultura eram já empresas estatais ou intervencionadas; apenas 27% das empresas continuavam a ser privadas. No apogeu do período de intervenção e nacionalização, o sector estatal incluía cerca de 600 empresas, muitas das quais criadas a partir da fusão de diversas antigas empresas coloniais. Com algumas excepções notáveis, o Estado controlava a maior parte dos sectores estratégicos da economia, gerindo grandes e pequenas empresas no Norte e no Sul do país.

A maior parte do investimento e dos recursos humanos e técnicos disponíveis era canalizada para as fábricas e machambas estatais⁶, como: CAIL (Complexo Agro-Industrial do Limpopo), que se dedicava principalmente à produção do arroz; CAIA (Complexo Agro-Industrial da Angónia), formado em 1976 a partir das terras e instalações abandonadas dos colonos portugueses naquele

⁶As machambas estatais eram empresas de produção basicamente para exportação cujas terras, abandonadas pelos colonos.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 399-415. ISSN: 1808-8031

distrito; MARAGRA (Indústria açucareira); MOBEIRA (uma fábrica de farinha da Beira), MABOR (fabricante de pneus); Companhia dos Cimentos de Moçambique, etc. Essas empresas foram instrumentos importantes da política econômica do Estado moçambicano para conduzir o processo de transformação econômica para preservar e fortalecer as capacidades de produção a todos os níveis e para salvaguardar o consumo básico (fazendo com que os investimentos fossem para a produção). Assim sendo, os grandes investimentos foram em maquinarias, ceifairas-debulhadoras, centenas de tractores; chegaram equipes técnicas dos países socialistas com dezenas de profissionais de várias áreas. Inicialmente não existiam restrições financeiras do Estado, a ideia era industrializar Moçambique, através de uma base agro-industrial. Segundo Vala (2009) e Hermele (1987), essas iniciativas econômicas tiveram apoio da população através de mobilização política.

Para a produção nas empresas estatais eram exigidos, aos trabalhadores assíduos, empenho e motivação política para desenvolvimento, o que fazia aumentar o número de jornadas de trabalho. Foi dentro desse contexto que as empresas estatais tornaram-se um dispositivo econômico importante da época, pois, apesar do entusiasmo em levar avante a produção estatal, estavam condenadas ao fracasso devido a capacidade do governo, de então, em financiar a produtividade e a manutenção das máquinas, já que, muitas vezes, as peças vinham do exterior. E havia pouca qualificação técnica dos funcionários para manter os equipamentos do Estado funcionável.

Também, segundo Mosca (2005), para o governo, por causa da guerra civil e da estiagem como as secas e cheias, as despesas para essas empresas estatais foram decrescendo. Conforme Mosca (2009), essa situação colocou em conflito os apologistas da socialização do campo, as aldeias comunais, as cooperativas e os camponeses, como solução do desenvolvimento do país, além daqueles que apontavam para a valorização da estatização das empresas, centralizando os recursos em amplas unidades de produção controladas pelo poder estatal.

Os Planos Económicos Socialistas: Plano Prospectivo Indicativo (PPI) e o Plano Estatal Central (PEC)

O Plano Prospectivo Indicativo (PPI)

O primeiro plano económico introduzido pelo governo pós-colonial foi o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), que tinha como objetivo consolidar as diretrizes económico-socialistas de Moçambique em 10 anos (1980-1990), sendo, principalmente, um conjunto de metas económica e sociais. O PPI foi considerado um instrumento fundamental para celebrar a vitória contra a pobreza e a construção de uma economia socialista.

O PPI tinha como meta fortalecer a expansão das Aldeias Comunitárias e a criação da agroindústria. De forma geral, o PPI era uma estratégia de agroindustrialização, que apelava um investimento forte na indústria ligeira em articulação com o sector agrícola com o objetivo de garantir as necessidades básicas da população, promover as indústrias de exportação e repor os níveis de produção do período colonial.

O objectivo geral desse plano era a criação de um sector industrial estatal forte, principalmente a indústria pesada com maior enfoque para a exploração de ferro e aço, para recuperar a balança de pagamento através do aumento do nível de produtividade de aço, alfaias e instrumentos agrícolas, procurando aumentar a produção de carvão, vagões, cimento, varões de construção e pedras. Mas, sobretudo, a produção do alumínio, laminados, alfaias agrícolas, entre outros.

A indústria extractiva esteve ligada à exportação de minério, como carvão mineral de Moatize e trabalho geológico, para impulsionar o desenvolvimento da indústria pesada. Pela necessidade de aumentar as exportações, foram estabelecidos cronogramas de trabalho do reconhecimento da zona prioritária e elaboração de inventário e prognósticos da balança dos recursos minerais existentes. Assim sendo, a prioridade se centrava nos minérios não metálicos, usadas na indústria de alumínio, construção, cerâmica, vidro e papel, assim como o caso das pesquisas do petróleo e gás. O investimento e a construção estiveram concentrados nos programas relacionados com a materialização dos objetivos gerais do plano e tinham em vista a garantia do potencial produtivo e as ações para o desenvolvimento do país (Penvene, 1985).

Mas também dava um enfoque à agroindústria, apoiando os grandes projetos agrícolas, com a introdução de tecnologias de plantio, colheita e processamento. Nesse plano, não foi deixado de lado o desenvolvimento de infraestruturas, como estradas, pontes e

armazéns, para dinamizar a comercialização dos excedentes de produção introduzindo em algumas áreas de regadio para aumentar o consumo e transformar a produção agrícola numa actividade rentável, integrada ao programa de cooperativas para impulsionar o desenvolvimento do setor estatal agrário. O PPI pretendia transformar a base socioeconômica do setor familiar, envolvendo os camponeses das aldeias comunais na produção colectiva.

Esse plano, ao apoiar a agricultura, pretendia substituir as importações, o qual consistia em proteger a indústria nacional, com o objectivo de transferir recursos (capital e trabalho, principalmente) do setor agrícola para o urbano-industrial, reduzindo os custos da industrialização. Além disso, sob a alegação de que era necessário controlar a inflação, o governo devia intervir na comercialização dos produtos agrícolas com manipulação dos estoques públicos, vendidos com subsídios; promover a importação de alimentos para venda com subsídios; controlar as exportações e os preços internos, com prolongados períodos de tabelamento. Essas medidas tiveram efeitos devastadores sobre a capacidade da agricultura de exportar e alimentar os moçambicanos.

A questão do desenvolvimento dos transportes e comunicações não foi deixada de lado nesse plano. Esse sector tinha como objectivo potencializar os escoamentos da produção dos grandes projetos, passando pela coordenação das atividades dos tipos de transportes e dos meios de comunicação existentes para exportação internacional, e uma redução do uso de derivados de petróleo e eletrificação de algumas linhas de transportes. Posteriormente, as acções visavam criar um potencial necessário na formação e na qualificação da força de trabalho. Ao nível social, o PPI estava orientado ao abastecimento da alimentação, habitação, educação, saúde e educação.

O Plano Estatal Central (PEC)

Os planos econômicos de 1975-1990 foram instrumentos importantes da viabilização da política econômica. A FRELIMO consolidou a sua política econômica, no quadro da instalação do socialismo, criado através das orientações do IV Congresso do partido, o segundo plano, conhecido por Plano Econômico Central (PEC), em 1984, que definia as metas e as tarefas dos sectores da atividade económica (Lei [...], 1984).

O PEC tinha como o objetivo garantir o desenvolvimento de Moçambique,

aumentando o abastecimento de produtos alimentares ao povo, que eram escassos, assegurar o crescimento da economia nacional e o aumento de exportação em, pelo menos, 18%, dinamizar a cooperação internacional com os países socialista, etc. Esse plano foi uma grande iniciativa para um país que saía da descolonização com os problemas deixados por esse processo, buscando créditos a taxas de juro baixo e com boas condições de pagamento.

Os créditos, ou o financiamento obtido através desse plano, foram integrados nas estratégias das empresas estatais, e outros projetos de grande envergadura concentrados, sobretudo, na agricultura, dependente da utilização da mão de obra especializada estrangeira, incluindo o fornecimento de equipamentos e de técnicos. Esse plano permitiu, também, acordos com os países socialistas, principalmente a União Soviética ou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), para proliferação e exploração dos recursos naturais (como, por exemplo, o carvão de Tete), obtenção de licenças de pesca e exportação de produtos agrícolas resultantes dos projetos agrícolas em que estivessem envolvidos.

O Plano Económico Central (PEC) procurou reestruturar e programar a atividade do Estado, elaborando, dentro do plano, o controle da direcção e gestão macroeconómica em grande medida sob a realização do Estado e das empresas estatais. O plano, para além de definir os diferentes componentes associados directamente com o setor produtivo, estabelecia directivas para o crescimento económico, o consumo, o investimento, o setor e as contas públicas. E também o governo traçava limites da oferta monetária, o controle da inflação, cooperação e das relações externas, etc. Dentro do plano existia um órgão de articulação institucional, o Conselho Nacional do Plano (CNP), que tinha vários técnicos estrangeiros dos países socialistas (como chineses, russos, iugoslavos, búlgaros, etc., principalmente, russos) e desempenhava função de coordenação com diferentes ministérios e governos locais.

Entretanto, o PEC foi um instrumento de poder económico importante do Estado moçambicano, criticado por deixar de lado os pequenos agricultores, que eram considerados a base do desenvolvimento. O plano cobria, assim, apenas uma parte da realidade, portanto, muitos aspetos dos setores de pequena escala e grande parte das cooperativas não estavam inclusos. Autores como Saúte (2010); Schafer (2007); Saul (1985); e Sweezy (1967) mostram que, apesar da guerra civil, o grande entrave desse plano deveu-se a forte

dependência de técnicos estrangeiros e de recursos externo para viabilizar o plano, mas também a falta de experiência e conhecimento dos funcionários públicos, que implementavam o plano e a burocracia estatal. Para Costa (2009); Damião (1996); Saul (1983); Osman (1992) e Pereira (1999), associado a esses fatores estavam as influências diretas e indiretas do plano dos países, como URSS, China, países nórdicos (sobretudo, a Suécia) e Tanzânia, o que se traduziu numa aplicação mecanicista de modelos econômicos sem considerar as realidades.

Conclusão

O processo da independência de Moçambique, em 1975, impôs transformações econômicas e ideológicas ao país, no sentido de que respondessem à nova realidade do desenvolvimento, sem investidores nacionais, mas com o Estado como o detentor dos meios de produção. Para tal, da agricultura, o novo Estado apoiava-se em mecanismos de socialização do campo, partindo das aldeias comunais, onde milhares de moçambicanos estavam aglomerados em redes de habitação, com vista a agrupar forças e meio de produção. Nestas aldeias foram se desenvolvendo as experiências cooperativas de diferentes tipo e formas de organização, copiadas na economia dos países socialistas do leste europeu, com os diferentes ramos da actividade econômica (agrária, pesqueira, industrial, artesanal, consumo, habitação e serviços). A mais importante neste período era a cooperativa de produção agrícola, que era a força motriz de transformações das aldeias comunais.

As cooperativas de produção agrária participaram na socialização progressiva do campo, constituindo, designadamente, um elemento fundamental de consolidação das aldeias comunais. As cooperativas de produção agrária seriam os dispositivos derradeiros com os quais a FRELIMO apostou para o desenvolvimento de Moçambique (Chichava, 2022). Pode-se ver isso, na Constituição de 1975, mas, também, nos slogans da época: *“Produzir é Aprender, Aprender para Produzir e Lutar Melhor”*. Porém, a reestruturação econômica, através da agricultura, abriu base para a implementação de uma economia socialista apostada nas empresas estatais produtoras de matérias-primas provenientes da agricultura, nas quais foram utilizadas como fundo coletivo, para compra de equipamentos, abastecimento da cooperativa de consumo, pagamento de dívidas

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 399-415. ISSN: 1808-8031

contraídas com aluguel de tratores, compra de sementes, etc. Muitos desses investimentos estavam escritos em planos como o Plano Económico Central (PEC), com objetivo de garantir as relações externas, através de acordos de cooperação com os países socialistas e o Plano Prospetivo e Indicativo (PPI) era uma estratégia adotada pela FRELIMO para acabar com o subdesenvolvimento. Era um instrumento na base a partir do qual organizavam-se os recursos para o desenvolvimento do potencial agrário e industrial, com o objetivo de elevar, de forma progressiva, o nível de vida do povo moçambicano. Ao Estado competiria aperfeiçoar o sistema de direção, planificação e controle do investimento e da produção, e assegurar a todos os níveis a disciplina do Plano.

O Estado planificaria e realizaria todos os investimentos em infraestruturas de apoio à produção, sendo a construção uma das componentes mais importantes. Seriam criadas novas empresas e aumentar-se-ia a capacidade das existentes para que pudessem ser economicamente viáveis. A estratégia de organização das empresas estatais, segundo o PPI, seria a de grandes projetos, como forma de aproveitamento mais racional e eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Referências

ARAÚJO, Manuel, G. *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações não organização do espaço residencial e produtivo*. 1988. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

BELLUCCI, B. *Economia Contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

BOESEN, J.; MADSEN, B.; MOODY, T. *Ujamaa: socialism from above*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1977.

BRITO, Luis de. *Le Frelimo et la construction de l' État national au Mozambique: Les ens de la réfence au marxisme (1962-1983)*. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia do político) - Universidade de Paris VIII, Paris, 1991.

BROCHMAN, Grete; OFSTAD, Arve. *Moçambique: a ajuda norueguesa num contexto de crise. Estado do país e exame da ajuda norueguesa*. Francfort, Bergen, Noruega, 1990.

BRUCK, Tilman. Guerra e desenvolvimento em Moçambique. *Análise social*, v. 33, n. 149, p. 1019-1051, 1998.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 399-415. ISSN: 1808-8031

CABAÇO, J. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. 2007. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CABRITA, J. *A morte de Samora Machel*. Maputo: Edições Nova África, 2005.

CASTEL-BRANCO, Nuno. Opções Econômicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: BRAZÃO, Mazula (ed.). *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Elo gráfica, 1995.

CARDETINI, Onilia. *Éléments d'une stratégie d'éco-développement pour les villages ujamaa de La Tanzanie*. Paris: CIRED, Maison des Sciences de l'Homme, 1974.

CHICHAVA, José. O pensamento económico de Samora Machel no Plano Prospectivo e Indicativo (1980-1990). *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 1, p. 3178–3201, 2022. DOI:10.34117/bjdv8n1-209.

COLAÇO, J. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. In: FRY, Peter (org.). *Moçambique ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 91-110.

COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS. O processo de desenvolvimento das aldeias comunais. *Análise da situação*. Proposta de atuação, 1979.

COSTA, A. *A Pobreza, a guerra e a paz em Moçambique: teorias, relações e percepções*. Maputo: IESE, 2009. Texto apresentado na conferência “Dinâmica da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique”, Maputo de 22-23 de abril.

DAMIÃO, E. *Esboço da história social e económica (1900-1994) e o impacto da guerra (1983-1992) no Distrito de Malema, Nampula*. 1996. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1996.

HERMELE, Kenneth. Guerra e estabilização: uma análise e médio prazo do Programa de Recuperação Económica de Moçambique. *Revista Internacional de Estudo Africano*, n. 8-9, p. 247-293, 1988.

LEI n. 2/84 de 27 de Abril de 1984. *Plano Estatal Central*. Boletim da República Popular de Moçambique, 1984.

MACHEL, Samora. *FRELIMO: documentos fundamentais Del Frente de Libertación de Mozambique*. Barcelona: Anagrama, 1973.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 399-415. ISSN: 1808-8031

MACHEL, Samora. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Rio de Janeiro: CODERCRI, 1979.

MALOA, J. M. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 122, p. 85-92, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10413>
Acesso em: 15 mar. 2024.

MALOA, T. *História da economia socialista moçambicana*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MATINE, Manuel. *A questão das aldeias comunais em Moçambique: a integração das famílias camponesas na Aldeia Comunal de Ximbongweni em Guijá, Província de Gaza (1977-1990)*. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2005.

MOSCA, João. Pobreza, “informalidade” e desenvolvimento. *In: CONFERENCIA DO INSTITUTO DE ESTUDO SOCIAIS E ECONOMICOS (IESE): dinâmica da pobreza e padrões de acumulação econômica em Moçambique*, 2., 2009. *Conference Paper*, n. 34, Maputo, 22-23 abr. 2009. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf Acesso em: 12 fev. 2024.

OSMAN, A. M. Moçambique: Políticas para o Pós-Guerra. *Expresso*, 18 de Janeiro e 15 de Fevereiro 1992.

PENVENE, Jeanne Marie. A Luta continua Literatura recente sobre Moçambique. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 3, p. 169-212, 1985.

PEREIRA, F. *A particularidade da dinâmica do conflito armado no distrito de Alto-Molócuè (1982-1992): violência armada e guerra mágica*. 1999. 121f. Monografia. (Licenciatura em História) –Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1999.

PITCHER, M. A. Sobrevivência à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. *Análise Social*, v. 27, n. 168, 2003.

SAUL, Jonh S. *O marxismo-leninismo no contexto moçambicana*. Maputo: UEM, 1983.

SAUL, Jonh S. *A Difícult Road: The Transition to Socialismin Mozambique*. New

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 399-415. ISSN: 1808-8031

York: Monthly Review Press, 1985.

SAÚTE, Nelson J. Pedro. *Crônica de uma integração imperfeita: o caso da privatização da gestão dos portos e caminhos de ferro em Moçambique*. 2010. 194f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHAFER, J. *Soldiersatpeace: veteransofthe civil warin Mozambique*. Palgrave: Macmillan, 2007.

SERRA, Calos. Urbanização rural: documentos sobre aldeias comunais em Moçambique. *Diário de um sociólogo*, jul. 2017. Disponível em: https://oficinadesociologia.blogspot.com/2017/07/urbanizacao-rural-documentos-sobre_17.html. Acesso em: 2 fev. 2024.

SWEEZY, P. M. *Socialismo*. 3. ed. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1967.